

# A REESTRUTURAÇÃO SOCIORRELIGIOSA EM SERGIPE, NO FINAL DO SÉCULO XVIII: sinopse de dissertação<sup>136</sup>

**Autor:** Roberto Sousa Santos<sup>137</sup>

O objeto de nosso estudo é a manutenção da religiosidade católica no Brasil do século XVIII, compreendendo o papel social do catolicismo mesmo após a expulsão da ordem jesuítica. As novas idéias iluministas presentes na administração governamental portuguesas afetaram o interior do aparelho religioso católico e já que a religiosidade tem um papel na manutenção da ordem social, e de modo especial na sociedade colonial brasileira, procuramos entender o significado sociológico e empírico das mesmas.

Segundo as teorias de Bourdieu utilizadas neste trabalho, estão destacados os campos de concorrência entre os atores ao redor de um conjunto de interesses específicos que caracterizam as áreas em questão. Estas, caracterizadas pelas analogias e padrões de poder alegóricos dos pólos de atores sociais opostos, de um lado os dominantes e de outro os dominados.

As associações dos agentes religiosos especializados ou não especializados enfrentam-se em um campo de força pelo domínio da demanda pelos bens de salvação. Já em outro lado encontram-se os agentes inovadores, que neste trabalho foram distinguidos como profetas.

Observamos que no caso estudado, os interesses religiosos e os indivíduos abrem mão do capital religioso na concorrência pelo privilégio exclusivo da administração dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso, para manter o poder de transformar as reproduções e os métodos dos leigos, acrescentando um novo hábito religioso.

As concorrências que opõem os distintos especialistas no centro do campo religioso estabelecem a dinâmica do campo e também as modificações na ideologia

---

<sup>136</sup> Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2010, sobre a orientação do Professor Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior.

<sup>137</sup> Historiador e Mestre em Ciências Sociais.

religiosa nas várias classes sociais coloniais. Desde o início da colonização, o catolicismo foi uma das formas de dominação simbólica utilizada pelo Estado português para submeter à ideologia colonial a população local e os colonos. Para os colonos os preceitos católicos e para os povos indígenas as regras impostas pela evangelização de forma ágil pelos missionários na sua busca constante de resgatar os índios de um mundo sem regras e longe de Deus.

O plano de evangelização dos colonos e a conversão dos gentios foram a base da presença jesuítica em solo brasileiro. Assim como as outras ordens, esse trabalho nasce dos movimentos quinhentistas para afrontar os desafios da Reforma Protestante no Novo Mundo. A presença dos jesuítas através das missões foi imprescindível para a organização social na colônia, já que os primeiros missionários formaram uma série de estratégias para justificar a social vigente.

A dominação das ordens religiosas foi fundamental na formação social colonial, impondo uma série de regras e condutas que deveriam ser seguidas pelos colonos nas suas relações sociais e religiosas, mas essa dominação também acabou sendo o pretexto de muitos conflitos com os colonos, uma vez que os jesuítas conseguiram gerir com exclusividade, até o momento da sua expulsão, o capital simbólico e administrativo de muitos territórios coloniais.

Contudo, esses conflitos gerados pelo poder acumulado pelos jesuítas foram o estopim de uma luta política maior, não só no Brasil como na metrópole, luta essa que, com as novas regras modernas implantadas pelo governo pombalino, eram avessas às novas políticas administrativas colocadas em prática por esses novos administradores modernos. Políticas que visavam acabar com as interferências regionais criadas com o poder dado através do padroado, esse que ao mesmo tempo unificava os poderes políticos e religiosos sobre a mesma bandeira, mas não sobre os mesmos projetos.

O conflito entre os projetos colonizador e missionário acabou sendo visto como incompatíveis, gerando uma resposta forte do governo português, caracterizado pela expulsão dos jesuítas, uma vez que os missionários dessa ordem colocavam-se em oposição ao projeto colonizador, tornando-se necessário, então, para atender a essas necessidades, uma nova reestruturação social na colônia. Sendo o índio transformado em súdito a serviço do interesse de sua majestade e dos ideais comerciais portugueses, situação essa que acabou não sendo imposta a outras ordens religiosas por manterem os interesses missionários, distantes dos interesses comerciais metropolitanos.

Dessa forma, os interesses mercantis portugueses são colocados acima do projeto missionário, mas isso não dissolve o poder simbólico religioso que ainda continuou sobre o domínio das ordens religiosas e dos leigos, que através do catolicismo popular, mantiveram em alta a fé católica. Para isso foi necessária uma série de intervenções e reestruturações no corpo religioso tanto oficial como não oficial.

Conforme Oliveira descreve, desde a chegada dos “primeiros colonizadores portugueses” o catolicismo foi implantado como religião oficial do Estado no Brasil. Institucional, o catolicismo será a religião oficial até a ruptura desse status com o advento da Proclamação da República que, abalizada nas idéias iluministas da Revolução Francesa, separa Igreja e Estado, reestruturação essa que ao nosso trabalho não cabe analisar.

A reestruturação do aparelho religioso tem importante ligação com a manutenção dos bispados com a “Santa Sé”, o que atraiu para o Brasil várias ordens religiosas, que foram imprescindíveis para manter estreitas as relações entre a sociedade colonial e a Igreja Católica, mesmo com a forte atuação do catolicismo popular na vida das várias classes e comunidades do Brasil oitocentista.

Desse modo, a sociologia histórica compreende os fatos sociais como um todo e torna possível descobrir as relações entre vários setores do Estado colonial. Esses fatos são vistos através de um contexto dialético entre o religioso, o político e o social.

Nessa perspectiva, procuramos compreender como foram construídas as representações e práticas sociais, tendo como referência Eisenberg (2000), Hoornaert (1992 e 1994), Leite (1938), Lopes (2005), Nascimento (2001), Nunes (1989) e Oliveira (1985), no contexto da sociedade colonial, projetando nosso olhar analítico, mais especificamente, na província de Sergipe D’El Rei. A obra de Pedro Ribeiro (1985), “Religião e Dominação de Classe”, tornou-se uma referência no campo de estudo das representações sociais. Ele aborda, nessa obra em particular, como foi construída uma representação social acerca de uma ciência, para dar conta de como a representação é composta de atores e de procedimentos socializados. A aproximação das teorias sobre as representações social e religiosa, nesse ponto de vista, se constitui num apoio para a nossa pesquisa, ao defender a compreensão de aspectos abordados nos estudos sobre a religiosidade sergipana, como também na articulação entre o individual e o coletivo em meados do século XVIII.

Silveira (2005) focaliza o desenvolvimento do clero, sua hierarquização e a afinidade com a população através da ação dos párocos junto à sociedade, a criação das paróquias e com elas as desiguais formas de instituição dos párocos. Os colados eram empossados pelo rei e os encomendados eram encarregados pelo bispo de administrar as freguesias recentemente instituídas, ludibriando os concursos e suas consequências de ordem financeira para os mesmos. Ressaltado ainda a importante função desempenhada pelo clero no contexto político e econômico colonial.

O Brasil teve sempre como base de sua colonização pelos portugueses o padrão católico em sua descendência direta com as características adotadas pela Igreja na Europa desde o período medieval. Sendo assim, ele estava carregado de elementos decisivos na formação senhorial brasileira.

A relação entre o Estado e a Igreja sempre foi muito próxima, uma vez que a Igreja era a base da formação da sociedade colonial no Brasil. Essa dominação simbólica da Igreja tinha o apoio do Estado português.

Na tentativa de manter a união firmada na Europa entre Igreja e Estado, foram criadas instituições que atendiam ao interesse de ambas, uma delas, a “guerra santa” que foi largamente utilizada para dominar os indígenas que não aceitavam a colonização e a evangelização. Esses tidos como “índios bravos”, e sobre eles eram permitidas todas as formas de violência. Para os colonos havia a Inquisição que era utilizada para evitar desvios religiosos e sociais na metrópole e nas colônias, assegurando o domínio católico. Essa instituição foi inicialmente controlada pelos padres da Companhia de Jesus.

Os Estados Ibéricos foram imprescindíveis para a formação da cristandade, já que esses formaram uma união importantíssima para o domínio das novas regiões conquistadas. A alma cristã continua enraizada entre os colonos e funcionários reais durante as etapas da colonização. Dessa forma, mantendo a dominação dos projetos colonizadores e missionários sobre todos os territórios do Novo Mundo, evitando as investidas estrangeiras e das religiões protestantes.

No andamento de sua expansão comercial, os portugueses constituíram nas colônias o mesmo regime de cristandade. Competia assim ao monarca português, que também aglomerava a função de monarca e prelado, gerando a implantação e o desenvolvimento da religiosidade no Brasil.

O papel dos vários grupos responsáveis pela colonização, neste trabalho caracterizado pelos cleros seculares e regulares, principalmente o padres jesuítas, estava submetido indiretamente ao poder temporal. Esses agentes religiosos formaram a base da educação e da evangelização. Elas foram vitais na constituição da sociedade colonial brasileira, e com isso acumularam grande capital simbólico.

Torna-se necessário compreender as formas de atuação da Igreja Católica no Brasil durante o período colonial, já que essa estrutura era organizada pela metrópole portuguesa pensando na colonização. Nesse contexto, destacamos o padroado, que fundamentava a união entre a Igreja e o Estado português sob o controle simultâneo do monarca, tornando-se símbolo das duas instituições. O resultado dessa adesão foi o início da união e colaboração entre os poderes eclesiásticos e a Corte Portuguesa. O monarca tinha o compromisso de sustentar e conservar a fé católica, comprometendo-se em elevá-la à posição de religião oficial em todo o império português, abonando todo o corpo eclesiástico com recursos financeiros para a realização das missões religiosas sob sua responsabilidade. Por sua vez, adotava a obrigação de cooperar no fortalecimento do projeto colonial. Dessa forma o aparelho religioso necessitava manter-se dinâmico para sustentar a unidade e coerção social.

O estabelecimento do padroado conferia ao monarca português, e a seu aparelho administrativo o direito de taxar os contribuintes. Para isso cobrava e administrava os dízimos eclesiásticos, recolhido junto aos fiéis. O padroado transformou o rei em um prelado espiritual de todos os domínios coloniais.

HOORNAERT (1992) nos lembra que, por causa do padroado, a Igreja no Brasil jamais teve independência ou autonomia para gerenciar seus negócios eclesiásticos nas colônias portuguesas. Dessa forma, o poder sempre esteve na mão do Rei, que utilizava a *Mesa de Consciência e Ordens* para auxiliá-lo.

O padroado ligava as “atividades religiosas ao poder real”, transformando em órgão Real a Igreja Católica, servindo assim aos interesses do projeto colonial. Não só a atuação missionária como os atos episcopais, já que esse passou a depender do poder real, frequentemente os interesses políticos e econômicos do projeto colonizador, aproximavam os membros administrativos reais e os componentes dos cleros regulares e singulares.

A união que aproximou a Igreja dos monarcas portugueses através das ordens e do padroado foi fundamental para a manutenção da fé católica nos territórios além-mar.

Esse espírito cristão continuou mais aprofundado, nas lutas da Igreja juntamente com o Estado português contra os infiéis, caracterizados pelos protestantes, os não cristãos, que formam a base dos interesses da Igreja difundida após o Concílio de Trento.

Nessa nova expedição de edificação de uma civilização com base no “paraíso” imergido no pecado, os missionários precisavam edificar uma base sólida para a fé católica. Como o ser humano produz o que está de acordo com seus interesses e suas concepções ideológicas, muito se pode identificar da mentalidade social colonial através dos legados. Fundamentado nessa tese o presente trabalho buscou os elementos de difusão e reestruturação da fé incorporados aos interesses da Igreja.

Essa instituição obrigando o estado português a colonizar as terras brasileiras em nome da manutenção mercantil, através do projeto colonizador, que funcionou temporariamente junto com o projeto evangelizador implantado pela Igreja, através de seus missionários. Para isso foi analisada a importância da presença jesuítica em solo brasileiro, que lado a lado com os colonos foram responsáveis por inúmeros episódios de conflitos de interesses.

Portanto, fica claro o domínio do projeto colonizador que tinha como principal objetivo implantar no Brasil uma autoridade política, econômica e social regularizada numa percepção coerente com a superioridade do papel colonial, fundamentada na superioridade cultural e racial de um ponto de vista europeu. Que vê o indígena como um ser passível de escravização, em contrapartida a visão religiosa que o vê como um ser desprovido de cultura, e colocando-se no papel do intermediador dessa aculturação.

Nessa visão o clero teve de consolidar os projetos lusitanos e de Roma no Brasil, instituindo ideologicamente o catolicismo para controlar e manter uma ordem simbólica na sociedade colonial, tendo nos padres jesuítas seu maior agente mantenedor dessa ordem vigente.

Tendo em vista uma idéia das relações sociais e político-administrativas estabelecidas no Brasil, dominado por uma sociedade patriarcal escravista, da qual o próprio clero fazia parte. O clero, que participava ativamente do poder político, visava manter o projeto evangelizador, caracterizando a obrigatoriedade da fé católica, essa fé que sofreu a adesão dos indígenas e escravos ao longo história da colonização brasileira.

A expansão da fé católica, que obteve sucesso com a conversão desde o início da colonização, sofre um grande golpe quando perde a oportunidade de alcançar uma prática nascida na persuasão religiosa mais profunda. Uma vez que ela cumpre uma

função social de organização e superioridade da vida coletiva, sendo a classe senhorial o ator principal nessa função social e ideológica. Segundo Pedro Ribeiro, foi essa organização social elucidada pelas instituições religiosas que regulamentam a vida coletiva como as irmandades, capelas, oratórios, confrarias, dioceses e paróquias, que formam o quadro onde se passa a vida social.

Estas são responsáveis pelos registros e aplicação das atividades sociais e também para solucionar problemas entre partes, membros ou grupos da sociedade colonial. Eram responsáveis, além disso, pelos locais de lazer, fazeres, festas e de cura, assim como intermediadores das atividades sócio-religiosas. Desse jeito, configurando o centro da formação e sociedade senhorial foi sempre apoiado pelo aparelho religioso para manter a ordem e organização no Brasil.

Contudo, após a expulsão dos jesuítas o estilo de estruturação do aparelho religioso, para instituir a vida coletiva no desenvolvimento da sociedade senhorial, a formação social seguia em cada povoação a seguinte formação: segmentado nas bases e articulado pela cúpula.

A formação religiosa, após a expulsão, passa a ser composta por vários modelos religiosos, educacionais e administrativos que fundamentalmente seguiam a base cristã, mas distorciam ou modificavam os dogmas e hierarquia católica, aplicada aqui pelas arquidioceses e paróquias. Onde agentes religiosos não especializados estabeleciam em diferentes momentos as práticas, festas, representações e cultos aos “santos”, independente da regras católicas oficiais.

O arcabouço do aparelho religioso no desenvolvimento social senhorial destaca-se pela segmentação das bases locais, com destaque para as imunidades das atuações dos agentes não especializados, mesmo o aparelho eclesiástico sendo oficialmente o único com poderes e responsabilidades pelos sacramentos e ensino no Brasil.

O catolicismo popular exercido no Brasil não é contrário ao catolicismo oficial, pois muitos métodos e reproduções são aceitos como parte da religião católica. Já que ambos têm a mesma moral e crença subjetivas definidas pelo aparelho eclesiástico.

As capelas, os santuários, as confrarias, as irmandades e ordens terceiras foram durante muito tempo o centro da vida coletiva, no tocante à religiosidade e à socialização, sendo uma produção popular própria das classes dominantes e subalternas, nos casos da ausência dos serviços dos especialistas religiosos, que durante um período foram poucos e locados de acordo com os interesses de seus grupos hegemônicos.

Conforme análise bibliográfica, essa hegemonia é caracterizada nos concursos de vigários colados das freguesias, uma vez que o cargo de vigário colado era dotado de um valor simbólico que acarretava prestígio religioso e social. Dentro da estrutura do poder, esse pároco poderia alcançar o status de autoridade nas localidades.

Esses concursos para vigários colados estavam no campo religioso que é um campo de poder onde se enfrentam o conjunto de sacerdotes, sendo esses agentes altamente especializados e os leigos definidos como grupos sociais cuja busca pelos bens de salvação eram consentidos pelos agentes religiosos e o profeta, enquanto agente revolucionário que dissemina o interesse e exigências de certo grupos.

Essa posição social era a base para disputa simbólica no campo religioso, pois todo o trâmite do concurso assim procedia, ao analisar a vida religiosa, moral e social dos candidatos, antes da escolha que muitas vezes sofria interferência política externa.

Outra linha de atuação católica não oficial, ou seja, que pertencia ao catolicismo popular tem base na adoração a Maria, que desde os primeiros momentos da colonização do Brasil e em particular na colonização sergipana, foi responsável pela disseminação da adoração a Maria e outros santos. No caso sergipano, a adoração a Maria foi a mais importante pela representação simbólica e quantidade de localidades e de fiéis por ela conquistados e defendidos, fortalecendo o seu nome, tornando sua adoração uma das representações cristãs mais importantes em Sergipe.

Tendo em vista que a adoração aos santos foi uma prática amplamente difundida no Brasil, acontecendo caso semelhante em Sergipe. Uma das constatações da pesquisa feita foi a de que a adoração a Maria foi fortemente utilizada na conversão dos gentios e imposta aos escravos.

As obrigações e devoções católicas aplicadas aos colonos, indígenas e escravos suscitam uma adoração, técnicas e reproduções que não eram suas. Essas obrigações religiosas geraram certo número de resistências aos cultos católicos e essas rebeldias trouxeram como consequência os vários tipos de castigos aplicados brutalmente aos índios e escravos negros que se tornavam hostis.

A devoção a Maria foi essencial para a evangelização da sociedade brasileira. Os devotos de Maria achavam-se privilegiados junto a Deus, e por isso gozariam desses privilégios e proteção, já que Maria era uma das mais importantes santas católicas. Simbolicamente, ela tinha certos poderes junto ao filho Jesus Cristo, o que alimentava a vivacidade da veneração a Maria.



Apesar de todos os problemas gerados pela colonização e catequização no Brasil, é certo assegurar a extensa herança que deixaram em nosso país, através das maravilhosas igrejas construídas em todo o território colonial, ricamente decoradas e adornadas com ouro, representando assim o mais puro simbolismo católico que trazia nas imagens dos santos a expressão e a importância do catolicismo para a sociedade colonial.

Com o passar dos séculos, o catolicismo popular acaba prevalecendo sobre o catolicismo oficial. Para isso, tornou-se necessária a análise da devoção mariana durante a colonização e após a expulsão dos jesuítas, ou seja, na segunda metade do século XVIII. Isso caracterizou a diminuição do poder oficial. Esse fato enfraqueceu a dominação religiosa, indicando assim a dominação das práticas populares sobre a oficial, mesmo em terras sergipanas.

Segundo Oliveira, para manter a hegemonia do catolicismo oficial foram multiplicadas as dioceses e paróquias; seminários são criados ou reformados para formarem um clero diocesano numeroso e disciplinado; os leigos são organizados em novas associações religiosas de âmbito paroquial; a catequese é intensificada; as religiões concorrentes são combatidas; a pastoral sacramental é disciplinada e incentivada nas paróquias, Brasil afora.

E finalmente, em nosso ponto de vista, apesar de todos os problemas mencionados anteriormente, a chegada dos colonizadores e missionários ao Brasil foi importantíssima para a construção de uma identidade social, cultural e religiosa, baseada na cristandade católica, que junto com a colonização chegou a Sergipe e foi extremamente importante na construção do catolicismo, que manteve com a ordem religiosa e social predominante, até a reestruturação dos domínios simbólicos através da modernização das relações sociais, que foram impostas pela modernização econômica e política.

O catolicismo, sendo ele popular ou oficial, dominou o campo das relações simbólicas sociais e religiosas em Sergipe por muito tempo, mesmo após a expulsão da ordem jesuítica do Brasil e, nesse caso específico, em Sergipe. Junto com a expulsão, veio a reestruturação que tornou possível o desenvolvimento de novas relações simbólicas de mando e domínio, que neste trabalho são defendidas por meio do catolicismo popular, descrito aqui pelas adorações aos santos, principalmente às várias representações de adoração a Maria.

Segundo SILVA (2000), as paróquias no Brasil foram edificadas e solidificadas durante o período de colonização, ou por influência dos colonos ricos que desejavam alcançar sua autoridade e conduta junto ao Estado português. Isso expressava a construção de uma instituição permanente, nesse caso, as paróquias, responsáveis pela administração de sacramentos e a constituição de estrutura de registros certificados legalmente pelo Estado, como os batismos, casamentos e óbitos.

Analizamos, ao mesmo tempo, a reestruturação do catolicismo oficial aqui representado pelo concurso de vigário colado das freguesias espalhadas pelo interior brasileiro e, no nosso caso, focado nos concursos que aconteceram nas freguesias sergipanas no fim do século XVIII, início do século XIX. Cargo esse que vinha carregado de valor simbólico, já que o status de liderança local acompanhava os candidatos eleitos através de um concurso, em que suas qualidades pessoais, sociais e religiosas eram analisadas e submetidas a um exame. Apreciação essa que muitas vezes sofria a intervenção dos presidentes das províncias e outras autoridades políticas, próximas a esses candidatos.